



PLMJ  
Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

## DESTAQUES DE 7 A 11 DE OUTUBRO

### NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

#### ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

##### ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

###### [Projecto de Resolução 844/XII](#)

Alteração do Código do Imposto sobre Veículos, no sentido da redução do mesmo aquando do nascimento do 4.º filho.  
Autoria PSD

###### [Projecto de Resolução 843/XII](#)

Alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, no sentido do aumento das deduções fiscais para famílias com mais de 3 filhos.  
Autoria PSD

###### [Projecto de Lei 455/XII](#)

Alteração do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, permitindo aos municípios a opção pela redução de taxa a aplicar em cada ano, tendo em conta o número de membros do agregado familiar.  
Autoria PSD

###### [Projecto e Lei 454/XII](#)

Transição das freguesias no âmbito da reorganização administrativa operada pelas Leis n.ºs 56/2012, de 8 de Novembro, e 11-A/2013, de 28 de Janeiro.  
Autoria PSD

###### [Proposta de Lei 174/XII](#)

Autoriza o Governo a aprovar o regime que assegura a execução, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 648/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Julho de 2012, relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transacções, a estabelecer o respectivo regime sancionatório, bem como a alterar o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro.

[Projecto de Lei 457/XII](#)

Altera o Código de Processo Penal limitando a aplicação do processo sumário aos crimes de menor gravidade.

Autoria PCP

## ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 180/XII](#)

Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objecto dessa renovação

[Texto não disponível]

## AMBIENTE

[Decreto-Lei n.º 136/2013. D.R. n.º 193, Série I de 2013-10-07](#)

Ministério da Agricultura e do Mar

Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 108/2010](#), de 13 de Outubro, que define o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, transpondo a Diretiva n.º [2008/56/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Junho

## ENERGIA

[Despacho n.º 12955-A/2013. D.R. n.º 196, Suplemento, Série II de 2013-10-10](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia

Fixa no âmbito do Decreto-Lei n.º 74/2013, de 4 de Junho, o pagamento a efectuar por parte dos centros electroprodutores

## FINANCEIRO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2013. D.R. n.º 196, Série I de 2013-10-10](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Permite a emissão de novos valores escriturais nominativos, designados por Certificados do Tesouro Poupança Mais

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 62-A/2013. D.R. n.º 197, Suplemento, Série I de 2013-10-11](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova as condições da oferta pública de venda e o caderno de encargos da venda directa institucional, bem como as condições especiais de aquisição de que beneficiam os trabalhadores da CTT, S. A., e de sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, nomeadamente quanto ao preço

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 62-B/2013. D.R. n.º 197, Suplemento, Série I de 2013-10-11](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Constitui a comissão especial de acompanhamento para o processo de privatização da CTT - Correios de Portugal, S. A., aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 129/2013](#), de 6 de Setembro

## BANCO DE PORTUGAL

[Nota de informação sobre a não aplicação ao Banco de Portugal da Lei n.º 59/2013, de 23 de Agosto](#) (A Lei 59/2013 estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação de medidas adequadas de política remuneratória)

[Boletim Mensal do BCE - Outubro 2013 \(Editorial\)](#)

[Boletim Económico - Outono 2013](#)

[Newsletter Spillovers](#) - 1ª edição

## Carta Circular

N.º [11/2013/DSP](#) - Determina a reavaliação de todos os imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio, cuja data seja igual ou superior a um ano, bem como de todos os imóveis rústicos e dos terrenos para construção.

## ISP - INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

[Circular n.º 6/2013, de 3 de Outubro](#)

Divulga o “Questionário sobre a Gestão da Continuidade de Negócio no Sector Segurador e dos Fundos de Pensões”

## FISCAL

[Aviso n.º 94/2013. D.R. n.º 197, Série I de 2013-10-11](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que foram emitidas notas em que se comunica terem sido cumpridas as formalidades constitucionais internas de aprovação da Convenção entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Evasão Fiscal, assinada em Lisboa em 17 de Outubro de 2008

## AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Circular n.º 8/2013 - 04/10 - Parques eólicos - Avaliação e tributação em sede de IMI](#)

## PROCESSUAL

[Portaria n.º 299/2013. D.R. n.º 197, Série I de 2013-10-11](#)

Ministério da Justiça

Primeira alteração ao Regulamento Interno do Julgado de Paz do Porto, aprovado pela [Portaria n.º 375/2004](#), de 13 de Abril

## SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 137/2013. D.R. n.º 193, Série I de 2013-10-07](#)

Ministério da Saúde

Procede à quinta alteração ao [Decreto-Lei n.º 28/2008](#), de 22 de Fevereiro, que estabelece o regime de criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde, e à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 81/2009](#), de 2 de Abril, que estabelece as regras e princípios de organização dos serviços e funções de natureza operativa de saúde pública, sedeados a nível nacional, regional e local

[Decreto-Lei n.º 138/2013. D.R. n.º 195, Série I de 2013-10-09](#)

Ministério da Saúde

Define as formas de articulação do Ministério da Saúde e os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com as instituições particulares de solidariedade social, bem como estabelece o regime de devolução às Misericórdias dos hospitais objecto das medidas previstas nos Decretos-Leis n.ºs [704/74](#), de 7 de Dezembro, e [618/75](#), de 11 de Novembro, actualmente geridos por estabelecimentos ou serviços do SNS

[Decreto-Lei n.º 139/2013. D.R. n.º 195, Série I de 2013-10-09](#)

Ministério da Saúde

Estabelece o regime jurídico das convenções que tenham por objecto a realização de prestações de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde no âmbito da rede nacional de prestação de cuidados de saúde

[Despacho n.º 13025-A/2013. D.R. n.º 197, Suplemento, Série II de 2013-10-11](#)

Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Emite orientações para garantir o aprovisionamento de medicamentos, pelos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, em termos que conduzam, em 2013, a uma redução anual global de custos, por referência a 2012



Carlos Pinheiro  
S/título, 2004  
Papel e cartão  
26x21,3x13,5 cm  
Obra da Coleção  
da Fundação PLMJ

## UNIÃO EUROPEIA

### JORNAL OFICIAL DA EU

#### ACTOS LEGISLATIVOS

Regulamento (UE) n.º 952/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Outubro de 2013, que [estabelece o Código Aduaneiro da União](#)

#### ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

[Decisão da Comissão, de 20 de Setembro de 2013](#), que estabelece, nos termos da Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, os valores para a atribuição de classificações com base nos sistemas de monitorização dos Estados-Membros, no seguimento do exercício de intercalibração, e revoga a Decisão 2008/915/CE (política da água)

Decisão de Execução da Comissão, de 30 de Setembro de 2013, que determina o terceiro e último conjunto de regiões para o início do funcionamento do [Sistema de Informação sobre Vistos \(VIS\)](#)

#### COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES

Decisões no âmbito do acompanhamento da execução das decisões respeitantes a [auxílios à reestruturação e liquidação de instituições financeiras](#)

### COMISSÃO EUROPEIA

#### [Passa a ser lei a proposta da Comissão para garantir o direito de acesso dos cidadãos a um advogado](#)

Foi formalmente adoptada a proposta de directiva da Comissão Europeia que garante o direito de acesso de todos os cidadãos da UE a um advogado em processos penais. O Parlamento Europeu já tinha votado favoravelmente o texto da directiva em 10 de Setembro (MEMO/13/772). Isto significa, na prática, que todos os suspeitos – independentemente do lugar onde se encontrem na União Europeia – poderão, no futuro, beneficiar da assistência de um advogado desde a fase inicial do processo até à sua conclusão. Segundo as novas regras, após a detenção, os suspeitos têm o direito de comunicar com a família e, caso se encontrem fora do seu país de origem, têm igualmente o direito de informar as autoridades consulares do seu país.

#### [Que futuro para os bancos na UE? Dê a sua opinião](#)

Segunda-feira, 7 de Outubro de 2013, marcará o lançamento de uma terceira fase de debates interactivos em linha - desta vez sobre os bancos - com a participação de cidadãos, empresas, organizações e responsáveis políticos, no âmbito do Mês do Mercado Único.

## CONSULTAS PÚBLICAS

Consumidores

[Revisão do regulamento relativo à cooperação no domínio da defesa do consumidor](#)

11.10.2013 – 31.01.2014

Concorrência

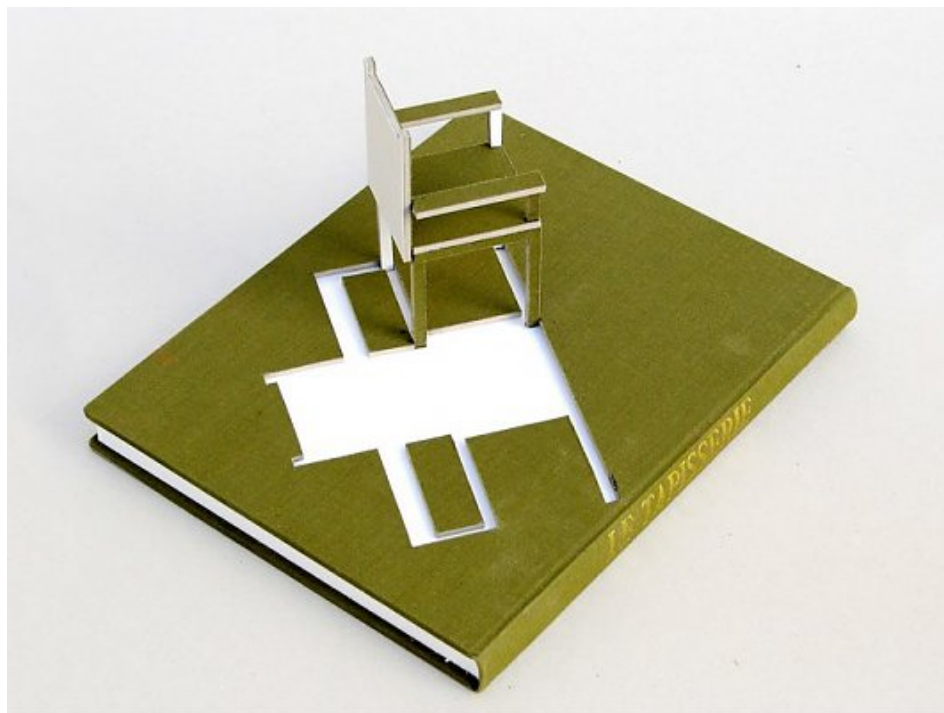
[Pedido de informação: Disponibilidade de seguro de crédito à exportação a curto prazo para as exportações para a Grécia](#)

10.10.2013 – 06.11.2013

## PARLAMENTO EUROPEU

[Eurosur: Parlamento Europeu aprova novo sistema de vigilância das fronteiras](#)

Eurosur estará operacional a partir de 2 de Dezembro deste ano nos Estados-Membros situados nas fronteiras externas orientais e meridionais, como é o caso de Portugal, e em 1 de Dezembro de 2014 nos restantes países do espaço Schengen.



Carlos Pinheiro  
S/título, 2004  
Papel e cartão  
26x21,3x13,5 cm  
Obra da Colecção  
da Fundação PLMJ

## PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 10 DE OUTUBRO DE 2013

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Proposta de lei que altera as condições e procedimentos de concessão de asilo ou protecção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de protecção subsidiária.
- Condições da oferta pública de venda e o caderno de encargos da venda directa institucional, bem como as condições especiais de aquisição de que beneficiam os trabalhadores da CTT - Correios de Portugal, S.A., e de sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
- Constituição da comissão especial de acompanhamento para o processo de privatização da CTT - Correios de Portugal, S.A.. Os membros que vierem a integrar a comissão especial de acompanhamento serão nomeados por despacho, nos termos da lei-quadro das privatizações.
- Diploma respeitante à rotulagem do calçado, transpondo parcialmente duas directivas comunitárias.

(...)

### OUTROS

- Dia 9 de Outubro foi divulgado, pelo, Ministério das Finanças, o relatório da sexta avaliação trimestral de execução do [Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira, relativo ao segundo trimestre de 2013.](#)

- [Apresentação da Proposta de Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo](#)

[Governo apresenta proposta de lei de bases para criar «condições de investimento e de competitividade» no território](#)

A presente Newsletter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newsletter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.



“Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano”  
*Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012*  
*The Lawyer European Awards, 2012*  
*Who's Who Legal Awards, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011*



“6ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa”  
*Financial Times – Innovative Lawyers Awards, 2011, 2012*



“Melhor Sociedade de Advogados no Serviço ao Cliente”  
*Clients Choice Award - International Law Office, 2008, 2010*

